A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NAS OITIVAS E O ACOLHIMENTO A MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Mayara Janaina Clemente de Melo
Acadêmica do 9° semestre do curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG): E-mail: mayarajclemente@gmail.com

Rosimeire de Moraes Amorim Naves
Mestra em Psicologia pela UFMT, Professora do curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande –UNIVAG. E-mail: rosimeire.amorim@univag.edu.br

A atuação da Psicologia Jurídica configura-se como um campo em expansão no âmbito do sistema de justiça, especialmente no que se refere à sua inserção em Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), instituídas no contexto das políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero, como a Lei Maria da Penha. Nesse cenário, a prática psicológica assume potencial estratégico ao possibilitar a integração entre dimensões subjetivas e demandas jurídico-institucionais, contribuindo para a qualificação do atendimento às mulheres em situação de violência (Silva, 2016).

O presente estudo tem como objetivo relatar e analisar criticamente a experiência de estágio supervisionado em Psicologia realizada na Delegacia Especializada de Defesa da Mulher no município de Várzea Grande – MT, com ênfase na atuação no momento das oitivas, etapa correspondente ao registro formal das ocorrências.

A estrutura institucional observada evidencia uma delimitação restrita da atuação psicológica, predominantemente direcionada à escuta especializada de crianças e adolescentes, enquanto o atendimento às mulheres ocorre, em geral, sob uma lógica procedimental, centrada na formalização da denúncia, como boletim de ocorrência, solicitação de medidas protetivas e intimações. Tal configuração pode favorecer processos de revitimização, na medida em que prioriza aspectos burocráticos em detrimento da escuta qualificada e da consideração dos impactos psicossociais da violência.

Nesse sentido, problematiza-se a insuficiência de dispositivos institucionais voltados ao acolhimento emocional das vítimas, evidenciando a necessidade de ampliação da inserção da Psicologia nesses contextos. A questão norteadora do estudo consiste em analisar a relevância da atuação psicológica no atendimento às mulheres em situação de violência no âmbito das

ISBN: 978-85-88900-14-1

DEAMs. Metodologicamente, trata-se de um estudo descritivo, de natureza qualitativa, fundamentado no relato de experiência, com utilização de observação participante e registro sistemático das práticas desenvolvidas ao longo do estágio. A atuação concentrou-se no acompanhamento das oitivas, com ênfase na oferta de acolhimento psicológico imediato às usuárias do serviço, que frequentemente se apresentavam em estado de sofrimento psíquico agudo, caracterizado por manifestações de ansiedade, desorganização emocional e reações intensas de choro. As intervenções realizadas foram orientadas por princípios da escuta qualificada, incluindo validação emocional, com o objetivo de favorecer a expressão das vivências e minimizar o impacto imediato da situação de crise.

No que se refere às demandas atendidas, foram 03 casos, observou-se a predominância de casos relacionados à violência doméstica, violência psicológica, ameaças, importunação sexual e conflitos intrafamiliares, evidenciando a complexidade e a heterogeneidade das situações que chegam à delegacia. Dentre eles, 1° caso relaciona-se à violência psicológica e ameaças; 2° conflitos familiares e ameaças; e 3° violência psicológica, ameaças e conflitos intrafamiliares.

A literatura aponta que a atuação do psicólogo nesse contexto deve considerar a multiplicidade de fatores envolvidos na dinâmica da violência, bem como os impactos subjetivos sobre as vítimas, contribuindo para o resgate de sua autonomia e condição de sujeito (Monteiro, 2020). Além disso, seriam oferecidas orientações sobre a rede de apoio e, quando pertinente, realizados encaminhamentos para acompanhamento psicológico continuado, em conformidade com o Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP, 2005). Contudo, a estagiária não efetuou encaminhamentos para psicoterapia, uma vez que não houve adesão das mulheres a esse serviço nem ao acolhimento. Embora a estagiária tenha se colocado à disposição para realizar o acolhimento psicológico, às mulheres atendidas pela equipe do Direito no momento do registro da ocorrência não demonstraram interesse nesse tipo de atendimento.

Os resultados indicam que a inserção da Psicologia no contexto das oitivas contribui significativamente para a humanização do atendimento, ao possibilitar a consideração dos aspectos subjetivos implicados nas situações de violência, bem como para a redução de potenciais processos de revitimização. Ademais, evidencia-se que a atuação psicológica favorece não apenas o acolhimento das vítimas, mas também a qualificação das práticas institucionais, ao introduzir perspectivas interdisciplinares no campo jurídico (Silva, 2016).

ISBN: 978-85-88900-14-1

Conclui-se que a presença contínua de profissionais da Psicologia nas DEAMs, especialmente no momento do registro de ocorrência, configura-se como uma estratégia relevante para a promoção de um atendimento integral, ético e sensível às demandas das mulheres em situação de violência. Contudo, persistem desafios relacionados à consolidação desse espaço de atuação, particularmente em contextos institucionais historicamente estruturados sob a lógica jurídico-normativa.

Tal cenário reforça a necessidade de fortalecimento da interface entre Psicologia e Direito, visando à construção de práticas mais humanizadas e comprometidas com a garantia de direitos.

Palavras-chave: Psicologia Jurídica; Violência contra a mulher; Acolhimento psicológico; Delegacia especializada.

ISBN: 978-85-88900-14-1

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 11 de novembro de 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos**, Resolução n.º 10/05, 2005.

MONTEIRO, Renata Castelo Picorelli; MADALOZO, Rafael. A importância do estágio de psicologia em delegacias especializadas no atendimento às mulheres. **TCC-Psicologia**, 2020

SILVA, Denise Maria Perissini da. Psicologia jurídica no processo civil brasileiro: a interface da psicologia com o direito nas questões de família e infância. 2016.

ISBN: 978-85-88900-14-1